
Jovens e desemprego: algumas notas¹

CARLOS MANUEL GONÇALVES

Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Introdução

No âmbito da análise sobre o trabalho, nas suas múltiplas formas, o tema do desemprego é objeto de reflexão pela sociologia, para além de outras ciências sociais em que necessariamente pontifica a economia. Este interesse decorre do facto incontornável de o desemprego, a partir dos anos 1970, na Europa, ter-se tornado num vetor determinante das dinâmicas sociais, abrangendo ciclicamente um conjunto vasto de trabalhadores, de diferentes categorias socioprofissionais, embora com uma maior incidência ao nível dos jovens, mulheres e imigrantes, e assumindo diferentes expressões quantitativas e qualitativas conforme o país. A Organização Internacional do Trabalho acentua a natureza estruturante que o desemprego assume para além da Europa, tornando-se, não obstante a sua natureza difusa, um fenómeno ao nível mundial (OIT, 2012). Olhando mais circunstanciadamente para a produção sociológica, encontramos um feixe de pistas de reflexão que têm sido seguidas, entre as quais se destaca, por exemplo, a análise sócio-histórica sobre o desemprego como fenómeno temporalmente recente, o questionamento crítico dos métodos e das categorias estático-administrativas usadas para o identificar, as políticas públicas de emprego, os significados e as vivências que os desempregados dão à sua situação e os impactos económicos, sociais e individuais do desemprego². É uma reflexão diversa nos quadros teórico-metodológicos que são acionados para o equacionamento do fenómeno, valorizando-se uma abordagem quantitativa ou uma qualitativa, uma escala de análise macro ou micro ou, então virtuosamente, tentando-se uma imbricação entre eles, no sentido de obter uma leitura mais sedimentada. Tendo isto presente, no nosso texto, iremos apresentar e discutir, num registo sintético, o desemprego jovem em Portugal.

¹ O presente texto, elaborado em Maio de 2012, vem na continuidade de um outro da nossa autoria (Gonçalves, 2005). Por limitações de edição, não é possível um amplo desenvolvimento de algumas das questões sobre o desemprego dos jovens e, por isso, remetemos o leitor para aquele texto.

² Sobre aquelas pistas de reflexão consulte-se as seguintes obras: Demazière (1995; 2004), Guimarães (2002), Marauni e Reynaud (2004), Holcman (2003), entre outros.

1. Mercado de trabalho: tendências recentes

O forte agravamento da crise económica e financeira do país, a partir do final de 2008, num quadro internacional marcado pela instabilidade e incerteza, acentuou a tendência da crise de emprego, que já subsistia desde 2001. Sem esquecermos que existem interdependências e sobreposições entre as principais categorias acionadas para a leitura do mercado de trabalho, como sejam a inatividade, atividade, emprego e desemprego, o que conduz a que a definição, identificação e contabilização dos indivíduos que a integram, para um mesmo momento histórico, sejam objeto de discussão e polémica, nos campos científico e político, passaremos a abordar as tendências, no passado recente, de algumas daquelas categorias.

A taxa de atividade manteve uma evolução no sentido do crescimento, se tivermos em conta os dados de 2003 e 2010, o que resulta principalmente do avolumar da participação das mulheres no mercado de trabalho. É uma das tendências estruturantes da sociedade portuguesa, no passado próximo, com consequências económicas relevantes. A taxa de emprego vem decrescendo com uma maior expressividade para os homens. Em 2011, situava-se nos 64,2% com uma saliente diferença entre géneros³. No conjunto das dinâmicas do mercado de trabalho, destaca-se o crescimento da taxa de desemprego, uma das principais expressões sociais da crise que o país vem vivendo. Naquele ano, atingia 13,4% (793,2 mil desempregados)⁴; por sua vez, segundo os dados do desemprego registado do Instituto do Emprego e Formação Profissional existiam 526.761 desempregados, mais 144.566 do que em 2008.

Em termos da UE, o valor médio da taxa de desemprego era de 9,7%⁵, em 2011, conquanto existissem fortes disparidades entre países. Num polo, para além de Portugal, encontramos a Espanha (21,8%) e a Grécia (17,9%); no outro, a Áustria (4,2%), a Holanda (4,4%) e o Luxemburgo (4,9%). Para além de traduzirem desempenhos económicos nacionais bem diferenciados, com fortes contrações da atividade económica no caso dos três primeiros países, no momento presente, e com repercussões igualmente diferenciadas ao nível da criação/destruição do emprego, aqueles valores indicam a existência de diversos mercados de trabalho no seio da Europa, com características estruturais específicas (IRES, 2000). A natureza discriminatória do desemprego sobressai quando se tem em conta o género. As mulheres são sempre mais penalizadas, o que ocorre a par da sua importância quantitativa no *stock* da população ativa e na estrutura profissional. A insegurança laboral que vivenciam traduz, em primeiro lugar, os padrões de segregação de género no mercado de trabalho, em segundo, o

³ Em 2011, o Instituto Nacional de Estatística efetuou uma alteração à metodologia do Inquérito ao Emprego. Deste modo, é impossível uma análise comparativa daquele ano com os anteriores.

⁴ O contingente da população desempregada encontra-se subestimado porquanto, por força da definição que é usada de desemprego, não inclui os inativos disponíveis (pretendem trabalhar e estão disponíveis, mas não fizeram diligências nas últimas quatro semanas à data da aplicação do inquérito ao emprego) e os inativos desencorajados (que, estando disponíveis para trabalhar, procuraram emprego há mais de 4 semanas ou nunca procuraram). São segmentos populacionais que se posicionam nos espaços de sobreposição entre inatividade, atividade e desemprego, funcionando como reservas de mão-de-obra e que poderão vir a transitar para a inatividade escolar, para a inatividade como reformados, para o desemprego ou para o emprego. Para o ano de 2011, se incluíssemos estas duas categorias, o total de desempregados seria de 946,3 mil indivíduos (correspondendo, *grosso modo*, a uma taxa de desemprego de 17,1%). Estamos manifestamente perante uma situação de desemprego oculto. Por sua vez, é igualmente de atender ao subemprego visível (sujeitos que trabalham a tempo parcial involuntariamente e que desejam transitar para um emprego a tempo completo) que, para 2011, abrangia 173,7 mil trabalhadores.

⁵ Segundo o Eurostat. Os dados apresentados no texto referentes à UE (a 27 países) e aos países que a constituem têm como fonte aquele organismo. Importa ter sempre presente que tais dados, por força do seu elevado nível de agregação, nunca expressam as diferenças que subsistem entre países.

facto de ocuparem geralmente postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, os quais são objeto privilegiado de redução em momentos de crise económica e de contração dos custos salariais nas organizações (Gonçalves, 2005; UE, 2009). Encontramos na crise económica que vive o país, fortemente destruidora de empregos, o fator mais importante para a evolução do desemprego que se vinha avolumando desde 2001. Em Abril de 2011, face ao agravamento das condições de financiamento internacional, Portugal solicitou a assistência financeira externa, o que implicou a adoção de um Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Por força das medidas políticas que, no âmbito daquele Programa, estão a ser tomadas, a atividade económica apresenta uma quebra acentuada, com implicações ao nível da procura, e conduzindo a um incremento da perda de empregos.

Tabela 1 – Evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ^{b)}
Taxa de Atividade (15-64 anos)	HM	72,8	72,9	73,4	73,9	74,1	74,2	73,7	74,0	74,1
	H	79,4	79,0	79,0	79,5	79,4	79,5	78,5	78,2	78,5
	M	66,5	67,0	67,9	68,4	68,8	68,9	69,0	69,9	69,8
Taxa de Emprego (15-64 anos)	HM	68,0	67,8	67,5	67,9	67,8	68,2	66,3	65,6	64,2
	H	74,8	74,1	73,4	73,9	73,8	74,0	71,1	70,1	68,1
	M	61,4	61,7	61,7	62,0	61,9	62,5	61,6	61,1	60,4
Taxa de Desemprego (15-64 anos)	HM	6,7	7,0	8,1	8,1	8,5	8,1	10,0	11,4	13,4
	H	5,8	6,2	7,1	7,0	7,0	6,9	9,4	10,4	13,2
	M	7,6	8,0	9,2	9,5	10,1	9,4	10,7	12,5	13,5
% dos Contratos a termo certo ^{a)}	HM	20,6	19,8	19,5	20,6	22,4	22,8	22,0	23,0	22,2
	H	19,0	18,7	18,7	19,5	21,8	21,7	20,9	22,4	22,0
	M	22,3	21,1	20,4	21,7	23,0	24,1	23,2	23,6	22,4

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. a) Sobre o total dos trabalhadores por conta de outrem. b) Quebra da série.

Entre 2003 e 2010, a proporção de trabalhadores com contrato a termo certo, uma das formas de emprego precário⁶, aumentou 2,6 p.p. (3,4 p.p. nos homens e 1,3 p.p. nas mulheres). A precariedade laboral é uma das principais tendências de recomposição do mercado de trabalho em Portugal e em outros países europeus (Oliveira e Carvalho, 2010)⁷. Tendência que traduz o estilhaçar da uniformidade, homogeneidade e estabilidade em que assenta o padrão modal do emprego quanto à natureza do vínculo contratual, ao tempo de trabalho e ao estatuto socioeconómico do trabalhador (Gonçalves, 2009b). A precariedade laboral inscreve-se numa estratégia de flexibilidade quantitativa da mão-de-obra, por parte das entidades empregadoras. Por sua vez, incrementa a insegurança e instabilidade dos trabalhadores face ao seu futuro.

⁶ Igualmente é de considerar outras formas de emprego precário como: trabalho a tempo parcial involuntário; trabalho sazonal ou ocasional; falso trabalho independente (assalariamento oculto); trabalho ao domicílio; trabalho no regime de subcontratação ou empreitada; trabalho informal, este num registo de estrita ilegalidade.

⁷ Saliente-se que o termo precariedade apresenta uma pluralidade de significados (Gonçalves, 2009).

Numa perspetiva neoliberal, a precariedade é equacionada como uma consequência direta do elevado grau de proteção legal do emprego⁸. Deste modo, a quebra desta “rigidez” deve passar pela flexibilização do mercado de trabalho, em particular face a domínios como a contratação dos trabalhadores e o seu despedimento, horário de trabalho, remuneração e relações coletivas de trabalho, como condição necessária e suficiente para impulsionar o crescimento económico e concomitantemente aumentar a oferta de emprego, segundo os neoliberais⁹. Neste sentido vão as alterações ao código de trabalho recentemente efetuadas no nosso país (Junho de 2012). Subsiste um debate intenso sobre a flexibilidade *versus* rigidez em que os contributos sociológicos enveredam por leituras heurísticas sobre o fenómeno e críticas face às teses neoliberais, pelo incremento da desigualdade social a que conduzem, por exemplo. Desde logo, uma delas que inscreve a precariedade nas dinâmicas que assumiu, nas últimas décadas, o capitalismo globalizado que detém uma pesada influência nas dinâmicas do mercado de trabalho. É uma mudança estrutural, como sublinham Oliveira e Carvalho (2010: 113) do “modelo de regulação” dos mercados de trabalho europeus e na emergência de uma nova relação salarial que apelidam de “neoconcorrencial”. Autores como Paugam (2000), Sennett (2001), Beck (2000) ou Dubet (2009), pese embora as suas disjunções teórico-metodológicas, sublinham que a precariedade é geradora de insegurança e de um vincado risco, face ao futuro, ao nível do emprego, bem como conduzindo ao aumento da desigualdade social, à crise identitária, ao sofrimento pessoal e não deixando, igualmente, de ter consequências nos domínios da família e das redes de sociabilidade.

Outros dados podem ser avançados para a caracterização das principais tendências do mercado de trabalho (Tabela 2). A taxa de emprego reduziu-se em todos os escalões etários; como consequência, a taxa de desemprego evoluiu no sentido contrário. Em 2011, sobressai a taxa de desemprego jovem (15 aos 24 anos). A este indicador voltaremos mais à frente. Importa, neste momento, tomar em consideração outros escalões. O volume de desempregados nos escalões dos 35 aos 44 passou de 95,2 mil, em 2008, para 142,8 mil, em 2010 (um aumento de 50,0%), enquanto no escalão seguinte a variação foi de 54,0% (em 2008, existiam 120,3 mil desempregados). As taxas de desemprego de 2011 para aqueles dois escalões são bem expressivas. Isso assume uma notória gravidade, em termos sociais, no escalão dos 45 aos 64 anos, em que uma parcela da mão-de-obra apresenta um conjunto de propriedades que dificultam a reinserção laboral ou a tornam completamente impossível, impelindo, neste caso, os indivíduos para a situação de inatividade profissional, associada, muitas vezes, a uma situação de exclusão social, esgotadas que foram as prestações sociais por parte do Estado. A par da idade, considerada elevada pelos empregadores, o género (neste caso, feminino), os baixos níveis de escolaridade¹⁰, as qualificações e competências profissionais desajustadas aos perfis

⁸ Para aquela análise, é recorrentemente mobilizado o indicador de proteção do emprego da OCDE que pretende medir o grau de flexibilidade da legislação de proteção do emprego. Veja-se, por exemplo, o Relatório do Banco de Portugal (2010: 99). Dornelas (2008) desenvolve uma crítica sobre os fundamentos e aplicações daquele indicador.

⁹ Encontramos um exemplo dessa abordagem nos textos publicados pelo Banco de Portugal, pela UE e pela OCDE, bem como nos discursos e ação dos partidos políticos que ocupam posições de centro-direita, no âmbito do espetro político português. Podemos avançar que a narrativa neoliberal, com particular ênfase na defesa da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, constitui um dos vetores axiais do denominado “pensamento único”, recorrentemente presente nos *media* em Portugal.

¹⁰ Note-se que, em 2011, 70,8% da população ativa dos 45 aos 64 anos tinha como nível de escolaridade completo, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (41,7% no máximo, o 1º ciclo do ensino básico).

funcionais dos postos de trabalho, um *habitus* profissional pouco propenso à mobilidade profissional e a novas aprendizagens, baixos recursos monetários capitalizados são as principais propriedades sociais (Gonçalves, 2005).

Em 2011, a taxa de desemprego dos diplomados do ensino superior era a mais baixa comparativamente aos outros níveis de escolaridade. Os diplomados ativos estavam menos vulneráveis ao desemprego. O desemprego apresentou uma forte incidência no nível de escolaridade mais baixo (uma taxa de 13,6% para aquele ano). A taxa de variação, entre 2008 (301,9 mil desempregados) e 2010, atingiu os 40,4%. Sublinhe-se, contudo, que é ao nível do ensino secundário e pós-secundário que encontramos um amplo crescimento do volume de desempregados – uma variação de 70,1% de 67,6 mil desempregados, em 2008, para 115,0 mil dois anos depois. Face à evolução que tomou a escolaridade da população ativa, nas últimas décadas, é de admitir que no *stock* da mão-de-obra desempregada com o ensino secundário predominem os ativos com menos de 35 anos de idade¹¹, o que poderá ser um fator importante para a sua futura (re)inserção no emprego, num posterior contexto económico não marcado pela recessão, mas dependente, pelo menos em parte, do volume da oferta e de esta privilegiar ou não a contratação de mão-de-obra com aquele nível de habilitações.

Tabela 2 - Indicadores sobre o desemprego

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ^{a)}
Taxa de emprego por grupo etário									
Dos 15 aos 24 anos	38,5	36,9	36,1	35,8	34,9	34,7	31,3	28,5	27,2
Dos 25 aos 34 anos	82,1	82,4	81,7	81,6	80,9	82,1	80,0	78,7	77,9
Dos 35 aos 44 anos	83,5	83,7	82,8	83,9	84,1	83,9	82,1	81,8	80,9
Dos 45 aos 64 anos	65,4	64,8	65,0	65,2	65,3	65,8	64,3	64,2	62,2
Com 65 e mais anos	18,6	17,8	17,9	18,0	18,2	17,6	16,9	16,5	14,4
Taxa de desemprego por grupo etário									
Dos 15 aos 24 anos	14,5	15,3	16,1	16,3	16,6	16,4	20,0	22,4	30,1
Dos 25 aos 34 anos	7,5	7,2	8,9	9,1	9,8	8,7	10,9	12,7	14,0
Dos 35 aos 44 anos	5,1	5,5	6,5	6,3	6,7	6,7	8,5	9,8	11,0
Com 45 e mais anos	3,6	4,5	5,2	5,4	5,6	5,4	7,0	8,0	9,7
Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	6,2	6,8	7,8	7,7	8,0	7,7	10,1	11,6	13,6
Secundário e pós-secundário	6,9	6,9	8,0	8,5	8,2	7,9	9,6	11,3	13,3
Superior	6,0	5,3	6,3	6,3	7,5	6,9	6,4	7,1	9,2
Duração da procura de emprego									
Desemprego de Longa Duração	2,4	3,1	3,8	4,0	3,9	3,8	4,4	5,9	6,8
Desemprego de Muita Longa Duração	1,1	1,6	1,9	2,3	2,2	2,1	2,5	3,1	4,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego. a) Quebra da série.

¹¹ Em termos da população ativa com o ensino secundário, e para 2011, 51,1% tinha uma idade compreendida entre os 15 e os 35 anos

Por sua vez, e consequência direta da rarefação de emprego, existiu um amplo aumento da taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses) e de muita longa duração (25 e mais meses). Em 2011, a primeira situação correspondia a 21,7% e a outra a 31,4% do desemprego total. Se, mais uma vez, compararmos os anos de 2008 e 2010, o desemprego de longa duração aumentou 53,8% (de 212,7 mil para 327,1 mil desempregados) e o de muita longa duração 45,5% (de 120,5 mil para 175,3 mil). O alongamento da duração do desemprego incrementa as dificuldades dos desempregados em se reinserirem laboralmente. Essa situação é fortemente agravada se eles tiverem individual ou cumulativamente determinadas propriedades, como as que acima indicámos quando abordámos o desemprego por nível etário.

2. Desemprego jovem

Após uma breve análise das principais tendências do mercado de trabalho nos últimos anos, passaremos a abordar as dimensões mais relevantes do desemprego jovem (15-24 anos).

Em texto anterior (Gonçalves, 2009), e retomando os adquiridos teórico-metodológicos da sociologia portuguesa, contestamos o uso avulso e acrítico das categorias de “jovens” ou de “juventude” que, pelo seu efeito homogeneizante, conduzem, entre outros aspetos, a um encobrimento das dinâmicas e das desigualdades sociais (Pais, 1993 e 2001; Guerreiro *et al*, 2006). É fundamental a rutura com essa falsa imagem de homogeneidade, dando lugar “à valorização da heterogeneidade interna, tão importante para se perceber, por exemplo, como as trajetórias formativas, os modos de transição para o trabalho, os processos de mobilidade inter e intraorganizações ou os processos de entrada e saída da inatividade, do emprego e do desemprego estão fortemente associados às origens sociais dos jovens” (Gonçalves, 2009b: 135). A par disto, considerarem-se as categorias “jovens” ou “juventude” como constructos sociais, referenciadas sempre a determinados coordenadas espaço-temporais, é imprescindível, no quadro de uma vigilância teórico-metodológica, para a sua utilização no âmbito da análise sociológica. Deste modo, o denominado efeito da idade, que não deixa de traduzir particularidades sociais, por exemplo dos jovens face aos “adultos”, no quadro mais vasto do trajeto biográfico, a par do conceito de gerações sociais, são elementos importantes para o equacionamento dos posicionamentos dos jovens no mercado de trabalho¹².

Em 2011, a taxa de atividade dos jovens era de 38,8% (41,1% para os homens e 36,4% para as mulheres). Pelo menos desde 2003 até 2010 aquele indicador decresceu¹³, o que representa o prolongamento da permanência dos jovens no sistema de ensino (assumindo, assim, para efeitos estatísticos, a condição de inativo), o que tem conduzido a um aumento dos seus níveis de escolaridade. Saliente-se que, para 2011, 76,4% da população com 18 anos mantinha-se no sistema de ensino, contra 59,9% em 2000¹⁴. Uma evolução de registar face ao passado recente, o que não deve relegar para segundo plano a existência, ainda, de uma taxa de

¹² As categorias de jovem, adulto ou velho, entre outras, usadas na partição de um conjunto populacional, são arbitrios socioculturais, não mais que construções sociais.

¹³ Tendência que resulta da diminuição significativa dos jovens com atividade económica (menos 191,4 mil entre 2003 e 2010) acompanhada pela evolução no mesmo sentido da totalidade da população jovem (menos 209,6 mil), mas a um ritmo mais lento.

¹⁴ Na UE, em 2011, 79,1% dos jovens com 18 anos de idade mantinham-se no sistema de ensino.

abandono precoce de educação e formação de 23,2%, em 2011 – decresceu quase metade, em relação a 2000 (43,6%) – enquanto o valor médio da UE ficava nos 13,5%. O abandono precoce, que geralmente é mais patente nos jovens com famílias de fracos recursos económicos, sociais e culturais, conduz a empregos de baixa qualificação ao longo das trajetórias profissionais (Guerreiro *et al*, 2010).

A taxa de emprego era de 28,5%, em 2011 (Tabela 2). Consequência direta do agravamento da situação económica reduziu-se nos últimos anos (2008 a 2010). A par disto, os jovens são os mais afetados pela precariedade laboral (Oliveira e Carvalho, 2010), embora se registem diferenciações de acordo com os níveis de escolaridade, com a fração dos menos escolarizados a estarem mais protegidos contratualmente (Parente *et al*, 2011). Precariedade que marca não só o seu emprego, mas também a sua vida pessoal e dimensões da vida social, como a família (Alves *et al*, 2011). A taxa de desemprego jovem cresceu 6,6 p.p., entre 2008 e 2010 (mais propriamente, neste último ano existiam 95,4 mil jovens desempregados mais 11,9 mil que dois anos antes). Em 2011, essa taxa era de 30,1% (133,5 mil jovens), 16,7 p.p. acima da taxa de desemprego global, com a masculina a situar-se nos 28,7% e a feminina nos 31,7%. No momento presente, para o desemprego jovem concorre decisivamente o contexto de crise económica, que intensamente tem destruído empregos. Os jovens são duplamente penalizados. Os que se encontram empregados, especialmente os que estão numa situação de precariedade laboral, são dos primeiros a ser despedidos, nos processos de redução do volume de mão-de-obra. Em contexto de contração do emprego, assiste-se, por sua vez, à diminuição, se não mesmo ao estancamento de novas contratações, que mais uma vez atinge os jovens ativos. É uma situação que os torna dependentes do apoio das suas famílias e sem possibilidades efetivas de ter uma trajetória social marcada pela autonomia financeira. Ao nível da UE, e para 2011, a taxa de desemprego era de 21,4% (5.301,0 mil jovens), tendo aumentado desde 2008 (variação de 15,8%). As disparidades nacionais sobressaem no espaço comunitário: encontramos as taxas mais baixas na Holanda (7,6%), na Áustria (8,3%) e na Alemanha (8,6%) e no polo oposto estão a Espanha (46,4%), Grécia (44,4%) e Eslováquia (33,2%).

O acréscimo do desemprego jovem, no nosso país, é transversal a todos os níveis de escolaridade e acelera-se, em cada um deles, notoriamente no pós 2008 (Tabela 3). Note-se que esta tendência é patente desde o início da série em análise, embora com algumas inflexões. Em 2011, o nível de escolaridade correspondente ao ensino básico (1º e 2º ciclos) tinha a taxa de desemprego mais elevada, localizando-se no polo oposto o ensino secundário. Se tomarmos por referência o arco temporal, 2008 a 2010, verifica-se que os jovens com o ensino secundário são os mais penalizados, com o volume de desempregados a passar de 20,3 mil para 30,8 mil (uma variação de 51,7%), o que, em parte, vai ao encontro do que acima foi indicado sobre o desemprego global por níveis de escolaridade. No decurso daquele arco temporal, a taxa de desemprego dos jovens diplomados do ensino superior é sempre a mais elevada. Unicamente, em 2011 tal não ocorre, o que poderá ser o efeito da aplicação da nova metodologia do Inquérito ao Emprego ou então indiciar uma alteração no mercado de trabalho, que só poderá ser comprovada nos próximos anos.

Tabela 3 - Taxas de desemprego juvenil (15 aos 24 anos) por nível de escolaridade

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ^{a)}
Total (15- 64 anos)	6,7	7,0	8,1	8,1	8,5	8,1	10,0	11,4	13,4
Total (15-24 anos)	14,5	15,3	16,1	16,3	16,6	16,4	20,0	22,4	30,1
Básico (1º e 2º ciclos)	13,5	17,6	19,3	17,9	19,6	18,7	22,8	25,9	37,9
Básico (3º ciclo)	13,4	13,4	12,9	13,3	13,8	14,2	19,2	20,5	30,9
Secundário	14,2	13,5	15,3	15,9	14,8	14,3	18,0	21,2	27,2
Superior	23,8	20,5	23,7	28,4	25,3	27,1	24,4	26,1	29,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego e Relatórios do Banco de Portugal. a) Quebra da série.

Defendemos, no seguimento da abordagem de Lefresne (2003), que seria mais útil para a análise do emprego dos jovens uma partição do escalão etário dos 15 aos 24 anos em dois, um até aos 19 anos e outro dos 20 aos 24 anos (Gonçalves, 2005). Tal opção metodológica justifica-se, entre outros aspetos, porque estamos perante conjuntos de indivíduos com importantes diferenças, pelo menos, em termos de percursos de escolaridade e de transição para o trabalho. Preferencialmente é, também, de incluir o escalão dos 25 aos 29 anos. Os dados publicados do Inquérito ao Emprego não possibilitam a realização deste exercício, o que não acontece com a informação disponibilizada pelo Eurostat, que usámos para a construção da Tabela 4.

Numa primeira leitura, de cariz global, entre 2008 e 2011 e para os escalões etários considerados, verifica-se um forte crescimento das taxas de desemprego, em todos níveis de escolaridade. Sublinhe-se que os dados apontam para que a situação de desempregado tem afetado pesadamente os dois escalões etários com idades mais baixas. Cerca de metade dos jovens ativos, com idades entre os 15 e os 19 anos, estava desempregado em 2011 (desde 2008 que a respetiva taxa duplicou)¹⁵. No escalão etário seguinte, a taxa do nível de escolaridade mais baixo igualmente duplica, subsistindo uma evolução, quase de cariz semelhante, quanto ao secundário e pós secundário não superior. Em todos os anos, a taxa dos diplomados do ensino superior atinge valores elevados, que são sempre superiores aos dos outros níveis e à taxa de desemprego global. Isto vai de encontro aos dados da Tabela 3. Por sua vez, no escalão dos 25 aos 29 anos, as taxas de desemprego são mais reduzidas, relativamente aos outros escalões, registando, também, um crescimento mais moderado. Dado que traduz uma menor vulnerabilidade ao desemprego, que poderá decorrer de os jovens com aquelas idades terem mais experiência profissional, condição decisiva para o seu recrutamento pela entidades empregadoras, ultrapassando, assim, um dos fatores impeditivos da sua (re)inserção laboral. Em contexto de crise, como se vive no momento, uma parcela importante dos jovens mantém-se por mais tempo desempregada, só quando mais velhos, neste caso, entre os 25 e os 29 anos, terão maior probabilidade de aceder a um emprego¹⁶.

¹⁵ Face ao volume limitado da população ativa (15 aos 19 anos), com uma taxa de atividade de 13,6%, o valor da respetiva taxa de desemprego deve ser relativizado.

¹⁶ Uma outra leitura sobre o desemprego dos jovens em Portugal, tendo em conta o seu nível de escolaridade, pode encontrar-se nos relatórios do Eurodyce, que, em parte, confirmam a importância da idade. Os dados obtidos para 2006-2010, tomando como referência, neste caso, os escalões etários dos 20 aos 34 ou dos 25 aos 34 anos, apontam para taxas médias de desemprego dos diplomados do ensino superior mais baixas do que as respeitantes aos outros níveis de ensino (Eurodyce, 2012a). Por sua vez, para

Tabela 4 - Taxa de desemprego por escalões etários e níveis de escolaridade ^{a)}

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
15 aos 19 anos									
Total	19,4	19,6	21,5	25,5	24,0	24,2	27,3	34,2	49,7
ISCDE (0-2)	18,9	20,5	20,7	24,6	23,4	23,7	27,8	33,6	51,2
ISCDE (3-4)	b)	46,2							
20 aos 24 anos									
Total	11,7	12,4	14,8	14,1	14,8	14,8	18,5	20,0	26,0
ISCDE (0-2)	11,3	12,7	13,9	12,3	13,8	13,3	18,1	19,1	26,5
ISCDE (3-4)	11,8	11,3	14,2	14,4	13,4	13,0	17,3	19,4	24,3
ISCED (5-6)	b)	b)	24,3	29,2	25,9	27,3	24,5	26,1	29,0
25 aos 29 anos									
Total	8,3	8,0	10,9	11,1	11,7	10,8	12,0	14,4	15,9
ISCDE (0-2)	7,9	7,9	10,7	11,2	11,0	10,7	14,2	16,9	19,3
ISCDE (3-4)	7,0	6,2	10,4	10,7	9,9	8,8	10,2	13,2	12,9
ISCED (5-6)	10,7	10,0	11,8	11,2	14,7	12,9	9,7	11,9	14,5

Fonte: Eurostat. a) Classificação Internacional Normalizada da Educação (comumente designada por ISCED). ISCED 0-2 (pré-primária e ensino básico). ISCED 3-4 (secundário e ensino pós secundário não superior). ISCED 5-6 (ensino superior). b) Sem informação.

Como vimos acima, para os jovens (20 aos 24 anos), a titulação académica de nível superior não os tem vindo a preservar, de modo amplo, do desemprego. Mais uma vez, o contexto de crise pode ser considerado como elemento explicativo principal para a amplitude do desemprego dos jovens diplomados. Isto não nos deve fazer esquecer que, em particular no caso português, as características técnicas, produtivas e organizativas predominantes no tecido empresarial induzem a criação e manutenção de postos de trabalho pouco qualificados, que poderão ser ocupados por sujeitos com um escasso nível de habilitações escolares e profissionais, o que constitui outro dos fatores explicativos para o desemprego dos jovens mais escolarizados. Fator que poderá ter menos importância em contexto de crise económica em que a escassa ou inexistente oferta de empregos conduz à aceitação pelos jovens de “empregos de oportunidade”, isto é, a ocupar empregos em situação de sobrequalificação académica e com baixas remunerações, em nada compagináveis com a sua titulação académica. Situação que beneficia, desde logo, as entidades empregadoras, que obtêm a prestação de uma mão-de-obra qualificada por um baixo preço.

Ainda no caso daqueles jovens, é de sublinhar que as transições entre o ensino superior e o emprego assumem, cada vez mais, uma maior complexidade e incerteza. São transições entre desemprego, emprego esporádico ou ocasional, formação profissional e estágios¹⁷, sem que exista uma tendência de continuidade, mas de oportunidade, evitando-se, assim, a exclusão laboral. Isto não pode ser considerado como o padrão comum. A área científica de formação, o

2011, o tempo de duração do processo de transição entre a escola e o trabalho é igualmente mais baixo (Eurodyce, 2012b). Dados que testemunham a importância da formação académica de nível superior.

¹⁷ Frequentemente os estágios correspondem à ocupação de um posto de trabalho efetivo, substituindo um assalariado, mas possibilitando à entidade patronal uma poupança, na totalidade ou em parte, dos correspondentes custos de trabalho.

valor social e económico do título académico e o género influenciam a configuração daquelas transições e a qualidade do emprego, a par de outros fatores¹⁸. Por exemplo, diplomados com cursos das áreas do ensino, das artes e humanidades e de alguns das ciências sociais, e com títulos académicos não valorizados, são mais vulneráveis ao desemprego e a terem uma posição menos qualificada no mercado de trabalho (ocupação de empregos em situação de sobrequalificação académica e com menores remunerações comparativamente aos diplomados de outras áreas de ensino) (Gonçalves, 2010).

Estudos sobre o emprego dos jovens¹⁹ apontam para as posições específicas que ocupam no mercado de trabalho, em termos de setores de atividade económica, grupos profissionais, salários, vínculo contratual, entre outros (Lefresne, 2003; UE, 2009). Para Portugal, o trabalho de Guerreiro *et al.* (2006) fornece-nos, por comparação com os adultos, uma análise detalhada sobre a questão, a qual terá que ser inserida na problemática mais ampla das condições de acesso e permanência dos jovens no mercado de trabalho. Um baixo nível de atividade económica, custos salariais dos jovens empregados considerados elevados, os desajustamentos entre as qualificações académicas e as qualificações requeridas no mercado de trabalho²⁰, a fraca formação e experiência profissional e, ainda, a inexistência ou inadequação das políticas ativas de emprego para os jovens são os aspetos mais importantes, que determinam a evolução do desemprego desta categoria populacional (Gonçalves, 2009). Do elenco destes fatores, como temos vindo a defender ao longo deste texto, o atual contexto económico recessivo, existente no país, é aquele que se configura como o mais importante para a explicação do acréscimo do desemprego e especialmente do juvenil (Pourcel, 2002).

Face à rarefação da oferta de empregos para os jovens, a UE tem em curso um programa “Juventude em Movimento”, no quadro da Estratégia [Europa 2020](#), que visa “melhorar o nível de ensino e a empregabilidade dos jovens, reduzir o elevado desemprego juvenil e aumentar a taxa de emprego dos jovens”²¹. No campo específico do emprego, as medidas enunciadas confinam-se ao financiamento de programas de formação profissional, ao incremento do empreendedorismo e de programas de estágio, criação do “serviço voluntário europeu”, bem como apoio financeiro aos países da UE para implementarem programas de

¹⁸ Nestes fatores, encontramos, para além dos já apontados, “a qualidade e quantidade da oferta de emprego, que são diferenciadas conforme os cursos, e que se inserem no quadro mais amplo das dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho; o modelo de organização do trabalho e o grau de inovação das organizações empregadoras; as práticas de recrutamento e gestão dos recursos humanos pelos empregadores; a intervenção do Estado, nas suas várias modalidades, no campo do emprego; a valorização ou não da área científica do curso e do título académico obtido, o perfil formativo do curso, nomeadamente quanto aos conhecimentos e competências adquiridos, e a qualidade do mesmo; a origem e pertença social, o género, os trajetos biográficos, as atitudes e estratégias dos licenciados, estas últimas sempre inseridas num quadro social constrangedor” (Gonçalves e Menezes, 2011: 45).

¹⁹ Atendendo-se a uma restrita delimitação etária de juventude (15 aos 24 anos) ou mais ampla (15 aos 29 anos).

²⁰ Aquela questão é recorrentemente abordada a partir de uma perspectiva adequacionista ou funcionalista das relações entre a educação e a sociedade, neste caso o mundo do trabalho. Defende-se que a educação, em termos de organização, cursos, conhecimentos e competências ensinadas, deve responder às exigências socioeconómicas com especial importância para a preparação qualificacional da mão-de-obra para o sistema económico. É uma perspectiva fortemente criticada por aqueles que defendem a autonomia da educação face ao sistema económico. Neste caso, a educação é entendida como uma instituição social que vale de um modo absoluto no contexto mais amplo das dinâmicas sociais. Ambas pecam pelo seu simplismo, não dando conta da complexidade que subsiste entre educação e mercado de trabalho. Consideramos que a relevância deste debate só é possível obter desde que se equacionem as formas de articulação entre as dimensões da educação e do mercado de trabalho, com particular ênfase na defesa da autonomia relativa da primeira.

²¹ Consulte-se: <http://ec.europa.eu/social> .

apoio ao prosseguimento de estudo pelos jovens ou à frequência de cursos de formação profissional de duração limitada. Entre nós, o governo traçou um programa de cariz idêntico (estágios profissionais; apoio à contratação e ao empreendedorismo; apoio ao investimento)²².

São programas ambiciosos, no plano da narrativa política, enformados, pelo menos, por dois eixos de cariz neoliberal. Impera uma conceção voluntarista e individualista de empreendedorismo, alicerçada na criação de empresas ou de negócios por conta própria, como uma estratégia fundamental para a amplificação do emprego. Estamos perante uma miragem simbólico-ideológica que é induzida e induz um desconhecimento dos complexos processos sociais que subsistem ao nível do mercado de trabalho e, em especial, dos determinantes sociais da criação/destruição de empregos no contexto das sociedades capitalistas globalizadas. O outro eixo remete-nos para o termo empregabilidade dos jovens. Usado intensivamente, ocupando um lugar cimeiro na retórica política quando esta toma por objeto as relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho²³. Trespasa, de modo genérico, nos programas acima apontados uma conceção da empregabilidade centrada no indivíduo, não se enfatizando, portanto, o contexto económico e as dinâmicas que toma o mercado de trabalho, fortemente responsáveis pela situação laboral, ao longo da trajetória profissional dos sujeitos sociais (Gonçalves, 2005).

Nos próximos anos, veremos quais os resultados que foram obtidos pelos programas de apoio ao emprego dos jovens. Contudo, se no futuro próximo na Europa não existir crescimento económico sustentado que induza a criação de emprego, tais programas acabarão por se esgotar sem um estancamento efetivo dos níveis elevado que assume o desemprego juvenil e o desemprego em geral.

Bibliografia:

- ALVES, Nuno de Almeida *et al* (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- BANCO DE PORTUGAL (2011), *Relatório do Conselho de Administração*, Lisboa, BP.
- BECK, Ulrich (2000), *The Brave New World of Work*, Cambridge, Polity Press.
- DEMAZIÈRE, Didier (2004), *Le chômage: Comment peut-on être chômeur*, Paris, Belin.
- DEMAZIÈRE, Didier (1995), *La Sociologie du Chômage*, Paris, La Découverte.
- DORNELAS, António (2008), "Os trabalhos de Sísifo e o mundo do trabalho em Portugal", *Cadernos de Ciências Sociais*, 25/26, pp. 55-95.
- DUBET, François (2006), *Injustices: L'expérience des inégalités au travail*, Paris, Seuil.
- EURODYCE (2012a), *The European Higher Education Area in 2012: Bologna Process Implementation Report*, Brussels, EU.
- EURODYCE (2012b), *Key Data on Education in Europe 2012*, Brussels, UE.

²² Publicitado em Junho de 2012. Consulte-se: <http://juventude.gov.pt>.

²³ Um exemplo disso encontramos, no nosso país, na utilização da denominada taxa de empregabilidade dos diplomados do ensino superior como critério para a avaliação dos cursos em que obtiveram a sua titulação académica.

- GONÇALVES, Carlos Manuel (2005), "Evoluções recentes do desemprego em Portugal", *Sociologia*, 15, pp. 125-163.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2009a), "Desenvolvimento do estudo: Notas teórico-metodológicas", in Carlos Manuel Gonçalves (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 17-58.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2009b), "Transição da universidade para o trabalho", in Carlos Manuel Gonçalves (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 59-123.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2010), "Emprego dos licenciados universitários", in Renato Miguel Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 181-189.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, MENEZES, Isabel (2011), *Transição para o trabalho dos diplomados da Universidade do Porto em 2009*, Porto, UP.
- GUERREIRO, Maria das Dores et al (2006), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho*, Lisboa, DGEEP.
- GUERREIRO, Maria das Dores et al (2010), "O abandono escolar precoce e suas implicações nos percursos profissionais dos jovens", in Renato Miguel Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 153-163.
- GUIMARÃES, Nayda Araujo (2002), "Por uma sociologia do desemprego", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 50, pp. 103-183.
- HOLCMAN, Robert (2003), *Chômage et Chômeurs*, Rennes, Editions ENSP.
- IRES (2000), *Les Marches du Travail en Europe*, Paris, La Découverte.
- LEFRESNE, Florence (2003), *Les Jeunes et l'Emploi*, Paris, La Découverte.
- MARAUNI, M., REYNAUD, E. (2004), *Sociologie de l'Emploi*, Paris, La Découverte.
- MARQUES, Ana Paula (2009), *Trajectórias Quebradas: A vivência do desemprego de longa duração*, S. M. Feira, Profedições.
- OIT (2012), *Tendencias Mundiales del Empleo*, Ginebra, OIT.
- OLIVEIRA, L., CARVALHO, H. (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Edições Sílabo.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, trabalho e futuro*, Porto, Ambar.
- PARENTE, Cristina et al (2011), "Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal", *Sociologia: Problemas e Práticas*, 56, pp. 69-93.
- PAUGAM, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris, PUF.
- POURCEL, Patrice (2002), *Le chômage*, Paris, Bréal.
- SENNETT, Richard (2008), *The Corrosion of Character: The personal consequences of work in the new capitalism*, N. York, Norton.
- UE (2009), *Employment in Europe 2010*, Brussels, EU.